

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
PROJETO EXPERIMENTAL EM JORNALISMO (MONOGRAFIA)

**OLHAR ANTROPOLÓGICO:  
CAMINHO PARA UM JORNALISMO  
QUE NARRE A COMPLEXIDADE DO OUTRO**

Simone Portella Fernandes

Porto Alegre, dezembro de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
PROJETO EXPERIMENTAL EM JORNALISMO (MONOGRAFIA)

**OLHAR ANTROPOLÓGICO:  
CAMINHO PARA UM JORNALISMO  
QUE NARRE A COMPLEXIDADE DO OUTRO**

Simone Portella Fernandes

Orientadora: Pr<sup>a</sup>. Dra. Marcia Benetti Machado

Monografia apresentada ao curso de  
Comunicação Social como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel em  
Jornalismo

Porto Alegre, dezembro de 2004

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Marcia Machado, minha orientadora, que com o seu bom-humor nunca cedeu à tentação de perder a paciência com a minha indisciplina. Devo um muito obrigada também à jornalista Marta Cioccarri, que me deu orientações sobre antropologia e me confiou diversos materiais, alguns inéditos, que utilizei neste trabalho. Agradeço ainda aos demais entrevistados que subsidiaram esta monografia. Sem as suas respostas o texto provavelmente não teria sido concluído a tempo. Por fim, expresso meu agradecimento a minha colega e amiga Fabiana Ferracini, que sempre esteve disposta a ler os trechos do trabalho à medida que ficavam prontos, além de discutir comigo sobre antropologia, um dos seus assuntos preferidos.

## RESUMO

Considerando que os campos do Jornalismo e da Antropologia possuem, apesar de suas especificidades, diversas semelhanças, este trabalho investiga as possibilidades de o jornalista utilizar métodos antropológicos para construir suas reportagens sobre outras culturas. Para abordar o tema, realizamos uma revisão bibliográfica sobre Jornalismo e Antropologia e entrevistamos seis profissionais da Comunicação com pós-graduação em Ciências Sociais, que contribuíram com reflexões sobre o assunto. Eles afirmam que, embora a etnografia, ferramenta utilizada pelo antropólogo para descrever um grupo social, não possa ser utilizada amplamente pelo jornalismo, o repórter deveria desenvolver um “olhar antropológico”, que o ajudaria a combater o seu etnocentrismo durante a apuração e redação das reportagens.

## SUMÁRIO

1	Introdução.....	2
2	O jornalismo como construção social.....	5
2.1	A narratividade no texto jornalístico.....	9
2.2	A comunidade interpretativa dos jornalistas.....	19
3	A etnografia como interpretação das culturas.....	24
3.1	O antropólogo interpreta as culturas.....	27
3.2	O antropólogo interpreta também a própria cultura.....	36
4	Etnografia e jornalismo: algumas aproximações.....	41
4.1	Possibilidades de entrelaçamento de jornalismo e etnografia.....	44
5	Etnografia e jornalismo: algumas aproximações.....	55
	Referências bibliográficas.....	59

## 1 INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho surgiu durante a leitura de “Ébano”, de Ryszard Kapuscinski. O jornalista polonês trabalhou durante 40 anos como correspondente internacional na África e assim acompanhou grande parte das guerras civis e reviravoltas políticas do continente durante algumas décadas. Depois disso, reuniu em um livro uma série de pequenas histórias abordando o que de mais surpreendente ele presenciou nesse período, como encontros com manadas de búfalos, cobras gigantes, pessoas mutiladas, doenças e o sol, sempre muito forte. O texto despertou uma curiosidade: que autoridade teria um jornalista polonês para descrever uma cultura tão diferente da sua como a dos africanos?

Pode-se argumentar, é claro, que ele não “descreveu” a cultura, apenas construiu (com muito talento) pequenos relatos sobre o que mais chamou a sua atenção, mas esta atitude não estaria reforçando estereótipos sobre os habitantes da região? O estudo desenvolvido neste trabalho não é especificamente sobre o livro de Kapuscinski, mas uma reflexão sobre como o jornalista poderia desenvolver um trabalho de mais profundidade durante as reportagens sobre grupos culturais diferentes do seu – ou até do próprio.

Esta idéia se tornaria possível com a contribuição de uma ciência especializada no desvendamento do “outro”: a antropologia. A dúvida ficava a cargo da possibilidade de o jornalista utilizar metodologias próprias desta outra disciplina no seu trabalho de reportagem.

Para chegar a esta resposta, o trabalho começa, no capítulo 1, por uma exposição do jornalista como um mediador entre os acontecimentos e o leitor. Também como um profissional que utiliza o texto como linguagem de tradução do que presencia. Para alguns, ele “constrói” a realidade. Para outros, a interpreta, dando a sua versão dos fatos. Certo, porém, é que o texto do jornalista não é “a realidade”, mas uma referência a ela. Isto não impede que o profissional busque ser o mais fiel possível ao que vê. E não é só isso. Muitas vezes, só o fato atual não é suficiente para esclarecer o leitor. Para que ele entenda o que está acontecendo é preciso também uma contextualização, que explique os motivos dos fatos e os situe na cadeia de acontecimentos. É aí que entre em cena um jornalismo com mais profundidade, que pode ser reforçado por conceitos da antropologia.

Para poder pensar sobre esta “intersecção”, debate-se, no segundo capítulo, sobre algumas questões que cercam o trabalho do antropólogo, também um mediador, só que entre a cultura que observa e o público das suas etnografias – a descrição da cultura. Também nesta ciência social se discute, apesar dos métodos de pesquisa que ela desenvolveu, a “interpretação” da cultura pelo observador. Tanto estas discussões quanto as rotinas de trabalho dos antropólogos podem iluminar as reflexões sobre as formas de se alcançar um jornalismo de mais qualidade sobre os grupos sociais.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentam-se algumas sugestões para a contribuição da antropologia na investigação jornalística, mostrando depoimentos de seis profissionais que

estudam as semelhanças e diferenças entre antropologia e jornalismo. Eles deram a sua opinião sobre a possibilidade de o jornalismo se tornar mais elaborado utilizando esta outra ciência e propuseram algumas alternativas para a integração entre as duas áreas.

A reunião destes depoimentos é, provavelmente, a melhor contribuição deste trabalho para a reflexão sobre a prática jornalística. O texto é um estudo qualitativo, de caráter ensaístico e crítico, constituído de uma revisão bibliográfica sobre os dois campos discutidos – com um enfoque no papel do jornalista e do antropólogo com intérpretes de culturas diversas – e da posterior exposição das contribuições dos especialistas no tema. Para a coleta destes depoimentos e sugestões, utilizamos a técnica da entrevista dirigida (CHIZOTTI, 1995, p. 57).



## 2 O JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A importância do jornalismo na sociedade moderna talvez não esteja ainda devidamente bem dimensionada. A influência que a circulação das notícias tem sobre a vida das pessoas, sua visão de mundo e até suas atitudes é inegável, embora ainda não se tenha a exata noção do seu peso real – e talvez não seja possível essa medição. O jornalista Leão Serva (2001) dá como exemplo os resultados de um trabalho do psicólogo David Lewis, que diz que “uma edição de dia de semana do *New York Times* contém mais informações do que tudo aquilo que um homem médio do século XV ficou sabendo em toda a sua vida” (SERVA, 2001, p. 76).

Para alguns autores, o jornalismo constrói a realidade. Para outros, é o atual substituto das narrativas, como a literatura e o teatro. Ou, ainda, é o mediador da interlocução entre as diversas instituições sociais, como a medicina e o direito, com o restante da sociedade. Com tantas responsabilidades sobre si, nada mais natural do que a avalanche de críticas que a mídia recebe diariamente: de manipulação dos fatos, de omissão de informação, de favorecimento de alguma das partes.

Para definir qual tem sido o papel do jornalista – afinal, ele constrói ou interpreta a realidade? –, a possibilidade de ele desenvolver uma visão de mundo peculiar, com base na qual seleciona o que é ou não notícia, e discussões sobre como ele narra os fatos (em forma de “estórias”), entre muitos outros vieses, se desenvolvem estudos constantes, dos quais alguns serão mostrados aqui, para que se tenha elementos de comparação entre os papéis do jornalismo e da antropologia, com o objetivo de verificar a possibilidade de alguma colaboração entre as duas áreas.

Traquina (2004) diz que o conceito de jornalismo envolve uma discussão tão grande que não caberia num livro. Poeticamente, diz ele, o jornalismo poderia ser definido como “a vida”, já que tudo pode ser transformado em notícia: nascimentos, mortes, casamentos, a ciência, a arte e a política. Na prática, afirma, os profissionais da área preferem defender que o jornalismo é “a realidade”. O autor concorda com o fato de que o jornalismo não é ficção e que ao jornalista não cabe, de forma nenhuma, “inventar” acontecimentos. Porém, Traquina não deixa de lembrar que as notícias são contadas em forma de “estórias” e conclui que os jornalistas são os “modernos contadores de estórias” e que o jornalismo é uma construção social.

A idéia de que o resultado do trabalho dos jornalistas é uma construção social decorre de uma série de limitações que ele enfrenta. Não só de tempo, a mais famosa delas, como também de cultura (do que é aceito ou não como moral, ético, legítimo), de interesse da audiência e de linha editorial do veículo, só para citar as mais influentes. Dessa forma, o jornalismo, mesmo não sendo ficção, estaria longe de ser “a realidade”, como defendem os profissionais da área.

Uma importante afirmação teórica deste livro é precisamente que os profissionais do campo jornalístico definem em última análise para nós as notícias e contribuem ativamente na construção da realidade... As notícias têm uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham, como membros da sociedade, com a sociedade (TRAQUINA, 2004, p. 29).

Uma das teorias que prega que o jornalista constrói a realidade é a construcionista. Surgida nos anos 70, diz que, em primeiro lugar, o jornalista escolhe “o que” é importante. Baseado nos valores-notícia, que definem os critérios que tornam um fato importante, o editor opta por cobrir este ou aquele evento. Depois que o jornalista tem a sua pauta definida, ele seleciona quais os aspectos relevantes dos fatos, o que merece ser descrito, e deixa de lado o que considera que pode ser omitido. Por último, o acontecimento é relatado em forma de narrativa. O jornalista organiza o assunto para torná-lo compreensível. Todos esses passos resultam numa construção da realidade para o público.

Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: Quem? O que? Onde? Quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (CAREY apud TRAQUINA, 2004, p. 174).

Para completar, os jornalistas, quando fazem a opção por determinado tipo de enquadramento para a notícia, a fazem de acordo com a sua cultura e com o seu ponto de vista. Essa influência também acontece quando o jornalista vai estruturar a notícia em forma de estória, utilizando as ferramentas jornalísticas citadas anteriormente, como o lead e a pirâmide invertida.

Para o sociólogo norte-americano Michael Schudson, as notícias são produzidas por “pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos”. Schudson acrescenta: “As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca

do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração” (TRAQUINA, 2004, p. 170-1).

Para outra teoria que defende que o jornalismo constrói a realidade, a estruturalista, as notícias são um produto social resultante de vários fatores, entre os quais a estrutura dos valores-notícia partilhada pelos profissionais e o momento de “construção” da notícia, que envolve um processo de “identificação e contextualização” em que “mapas” culturais do mundo social são utilizados (TRAQUINA, 2004, p. 175-6).

Esse segundo fator, para Traquina, é fundamental, pois envolve a apresentação do item ao seu público.

Este processo de ‘tornar um acontecimento inteligível’ é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL et al. apud TRAQUINA, 2004, p. 177).

Esses “mapas de significado” incorporam e refletem os valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são utilizados no processo de tornar um acontecimento compreensível.

A teoria estruturalista é criticada por não reconhecer a autonomia do jornalista em seu trabalho. Ela encara a profissão como “um espaço da reprodução da ideologia dominante” e não vê no campo jornalístico a possibilidade de veicular as vozes dos diversos agentes sociais.

## 2.1 A narratividade no texto jornalístico

Motta (2003) vai um pouco mais fundo em seu artigo “O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos”, agregando à discussão sobre o jornalismo teorias literárias e antropológicas. Motta deixa um pouco de lado o processo de produção das notícias e se concentra na sua recepção. Para ele, o jornalista interpreta, dá versões aos fatos, enquanto o leitor (o receptor) constrói o sentido para o texto.

O jornalista, por mais que tente ser objetivo, sempre vai deixar escapar sua subjetividade, por isso os seus relatos (que o autor também chama de narrativas) são invariavelmente versões dos fatos. E cada leitor, de acordo com suas experiências de vida e, portanto, com as relações que a leitura do texto suscita em sua mente, vai reagir de forma diferente ao lido e construir variados sentidos para as notícias. A notícia não é um texto fechado, acabado, sem margem para a imaginação.

Em princípio, as notícias não deveriam conter elementos que insinuem quaisquer implicaturas além daquelas estritamente proposicionais. [...] É preciso observar com mais cautela o que ocorre no ato de comunicação jornalística, entretanto. As notícias são conteúdos manifestos, mas são também sentidos inacabados que convidam o leitor a complementar cooperativamente as significações, como em qualquer processo literário. Mesmo aquelas notícias com significações mais precisas, que conseguem “descontaminar-se” ao máximo dos conteúdos simbólicos subjetivos podem sugerir estados de espírito ou interpretações fabuladas do real, estimular a imaginação do leitor, criar fantasias. Entendidas como sistema simbólico, as notícias são logos e são mythos; por um lado são razão, fatos históricos, mas por outro são mythos, encerram objetividades e subjetividades que dotam os acontecimentos de sentidos de passado e de futuro, do bem e do mal, do bonito e do feio, do que pode e do que não pode, sugerem difusas ideologias, estimulam desejos e utopias. Ainda que o jornalista faça todo o esforço para escrever um relato objetivo e manter o seu texto o mais próximo possível do referente empírico, aquilo que ele transmite não se restringe jamais à informação apenas, e o seu texto poderá sempre ser interpretado de outras formas, poderá até ser entendido por alguém como fábula ou como mythos (MOTTA, 2003, p. 9).

Para explicar a idéia de que o texto jornalístico pode gerar leituras diversas, Motta (2003) explana o conceito de pragmática de Escandell Vidal. A autora diz que um texto não pode ser reduzido a uma fileira de significantes e significados. É preciso considerar também as circunstâncias de emissão das mensagens, pois dependendo das informações extra, além da notícia, que o receptor tiver, suas reações a ela serão diferentes. A pragmática seria o funcionamento da comunicação nas situações reais.

A interpretação põe em jogo, portanto, os mecanismos pragmáticos, diz Escandell Vidal. Ela pode ser definida como uma função entre o significado codificado na expressão lingüística utilizada por um lado (o conteúdo semântico) e a informação pragmática com que conta o destinatário por outro (com todos os conhecimentos, crenças, hipóteses sobre o interlocutor, etc.). A tarefa do destinatário consiste em tentar reconstruir em cada caso a intenção comunicativa do emissor de acordo com os dados que lhe proporciona a informação pragmática. Para isto, ele avalia o contexto verbal e não-verbal do intercâmbio comunicativo, buscando a informação suplementar que necessita para poder inferir uma mensagem adequada ao propósito comum da comunicação. De acordo com esse ponto de vista, continua ela, a distância que media entre a intenção do emissor e o significado da expressão que se utilizou dá a medida do implícito. Essa distância é, precisamente, a que deve guardar o destinatário, apelando à sua informação pragmática (MOTTA, 2003, p. 12).

Assim como as obras literárias são destituídas do seu contexto no momento da sua leitura – “com isso, a intertextualidade forma o padrão básico da memória cultural e abarca as lacunas existentes entre o texto de referência e o texto manifesto” (MOTTA, 2003, p. 16) –, o texto jornalístico, quando em contato com o receptor, pode desencadear os mais diversos significados, dependendo da sua experiência de vida e convivência com o assunto até aquele momento.

Por isso, o autor chama o processo de produção e recepção das notícias de “jogo de sentidos”. Tanto o jornalista deixa sua subjetividade influenciar a elaboração do seu texto, quanto o leitor cria, imagina em cima do que lê. Por isso, Motta (2003) defende que o texto

jornalístico pode ser analisado como uma obra literária. A diferença entre as duas modalidades de narrativa seria a intencionalidade do autor. No texto jornalístico, há um contrato implícito entre o emissor e o receptor de que o que está sendo relatado é um fato que realmente aconteceu. O jornalista se coloca frente ao leitor como alguém que apenas relata o que vê, sem interferir de forma alguma na realidade, apesar de isto ser praticamente impossível, segundo qualquer teórico da comunicação.

Todo jornalista, ao relatar um fato, o faz como se fosse um mediador discreto, produzindo os seus enunciados de maneira pretensamente imparcial e neutra; mas, ao contrário desta intencionalidade pretendida, seu ato de fala está marcado por uma posição enquanto observador da realidade, que implica em seleções e escolhas, e por uma atitude enquanto empalavrador desta realidade, que sugere prioridades e rejeições (MOTTA, 2003, p. 13).

Por isso, não se deveria falar de um estilo jornalístico, mas de uma retórica jornalística.

[...] retórica porque se trata de um procedimento elocutivo de elaboração de uma mensagem para obter um determinado efeito sobre o interlocutor. Objetivadora, certamente, porque tal é o efeito que pretende suscitar: uma sensação de impessoalidade, ainda que seja fingida; uma impressão de indiferença, ainda que seja calculada; um distanciamento narrativo, ainda que o narrador esteja presente por trás da máscara artificial da linguagem (MOTTA, 2003, p. 13).

Nas histórias literárias, pelo contrário, está subentendido que tudo o que está sendo contado saiu da imaginação do autor. A intencionalidade do escritor é oposta à do jornalista. Ele não pretende ser interpretado como aquele que leva informações do mundo real para o conhecimento das pessoas, mas aquele que inventa outros mundos. O que diferencia a literatura do jornalismo é essa intencionalidade do autor. Porém, como o texto jornalístico carrega a subjetividade do jornalista e pode provocar a imaginação na mesma medida de um

texto literário, ele pode ser encarado (e analisado) como uma narrativa, embora não seja ficcional.

Assim, para Motta as teorias da recepção literária podem ser utilizadas para explicar a construção do sentido durante as leituras das “narrativas” jornalísticas.

Subscrevendo o que afirma ele [H. R. Jauss] sobre a obra de arte em geral e sobre a literatura em particular, e guardadas as singularidades de cada experiência, vem-se afirmando em diversos momentos que algo semelhante pode se passar no ato de leitura das notícias, também em si mesma uma experiência de caráter estético-literário, onde as tragédias e dramas relatados podem fazer ressurgir mundos passados, embaçar a experiência fática do presente e, de forma semelhante, liberar o receptor dos interesses práticos para ativar paixões, temores e desejos que não estão presentes nos textos descritivos e objetivos das notícias (MOTTA, 2003, p. 18).

Motta tem uma visão parecida com a de Traquina sobre o papel das notícias no mundo de hoje. Se, para o segundo, os jornalistas são os modernos contadores de histórias, para o primeiro, os relatos das notícias são “hoje as ficções de nossa história humana”. Isso porque são elas que trazem, nos dias atuais, as ansiedades e angústias do ser humano à consciência dos indivíduos.

É nas notícias dos jornais, emissoras de rádio e de televisão ou da rede eletrônica que vivenciamos os nossos tormentos e as nossas felicidades extremas.

Da mesma maneira, nos remetem à identificação com os nossos heróis políticos, populares ou esportivos. Ocorre então um jogo semelhante àquele citado acima com a recepção estética: a narrativa jornalística estimula jogos de sentido permitindo que horizontes imaginários virtuais sejam descortinados.

Como tal, a notícia está sujeita a despertar, como já se observou, tanto a experiência de apreensão cognitiva da realidade, como permitir a comoção estética: esta é, a nosso ver, a essência do trabalho cognitivo da notícia (MOTTA, 2003, p. 20).

Além de despertar emoções e possibilitar a “comoção estética”, há outra característica das notícias que contribui para que elas estimulem a imaginação. É que elas não são capazes



de contar uma história na íntegra. A notícia é, por natureza, um fragmento da realidade que pode, portanto, permitir que o leitor preencha essas lacunas por sua própria conta.

O princípio de que nenhuma história pode ser contada na íntegra se ajusta, mais do que em qualquer outro tipo de mensagem, ao noticiário dos jornais e telejornais, cuja característica é repassar ao leitor ou telespectador apenas fragmentos de significados sobre os eventos da realidade na forma de “flashes”, do lide e da pirâmide invertida. Por isso mesmo, tanto ou mais do que a literatura, o cinema ou o teatro, o relato das notícias é uma obra aberta, que solicita incessantemente a complementação de sentidos ao leitor-telespectador (MOTTA, 2003, p. 22).

No entanto, o texto jornalístico, mesmo que estimule a imaginação, é dependente do que acontece de fato no mundo real. Mesmo que seja um mediador entre a realidade e o receptor, o jornalista não inventa os acontecimentos (a não ser que seja um mau jornalista). Por isso, a sua relação com o leitor não é igual à da literatura.

As interpretações devem proceder com parcimônia e precauções, entretanto, porque não ocorre no jornalismo uma liberação de imaginários tão radical como na arte e na literatura nem a suspensão do “efeito de real” é automática franqueadora de fantasias. O contrato do jornalista com o seu leitor ou telespectador destinatário é de outra índole, quase oposta àquela da literatura. [...] Nada disto impede, porém, como ocorre com a crítica literária, que se possa indagar por trás das superfícies proposicionais para descortinar intencionalidades e implicaturas. Nem impede que se indague até onde os dramáticos relatos de dramas e tragédias humanas, que constituem o cerne da comunicação jornalística, fazem ressurgir mundos passados, mundos noturnos, outros mundos possíveis (MOTTA, 2003, p. 24).

O fato de um texto jornalístico ser considerado uma narrativa é diferente de ele ser considerado ficção. As notícias são narrativas por que elas são relatadas em forma de história, com início, meio e fim.

A narratividade se refere mais especificamente à linguagem intrínseca do texto, ao encadeamento temporal na sucessão de estados de transformação e a sua essência é o relato seqüencial de ações. Por seu lado, a ficcionalidade é definida pela intencionalidade de quem produz a obra em relação ao seu destinatário (MOTTA, 2003, p. 26).

No entanto, mesmo sem ser ficção, o texto jornalístico pode ter diferentes níveis de ficcionalidade. É aí que entram os conceitos do autor de *hard news* e *soft news*. A primeira e maior diferença entre elas seria a forma de apresentação textual. Enquanto as notícias duras possuem uma aparência de objetividade, as notícias leves são aquelas que permitem que o jornalista use uma linguagem literária, como se estivesse contando uma história fictícia. No Brasil, são também chamadas de notícias de interesse humano e não são escolhidas, como as duras, por critérios de importância ou proximidade.

Para nós, o que as distingue [hard news de soft news] não são os diferentes temas tratados nestes dois tipos de notícia nem a revelação maior ou menor da face humana dos conflitos, mas sim a forma lingüística de tratá-los. As diferenciações decorrem do tratamento literário e do conseqüente grau de ficcionalidade dos relatos devido às intencionalidades explícitas ou implícitas, da sua restrição ou permissividade narrativa (MOTTA, 2003, p. 26).

Assim, embora o jornalista seja visto como aquele que “testemunha os fatos” e não pode deixar seus relatos serem influenciados pela emoção, essa aparência de texto isento não possui sempre a mesma intensidade. E essas diferentes dosagens de “ficção” nos seus textos podem possibilitar também diferentes margens para a imaginação.

Se o texto tende para o factício, a natureza do jogo comunicativo é de um tipo, se tende para o fictício, o jogo é de outro tipo e a produção de sentidos varia com o tipo de jogo performatizado. Além da intencionalidade inicial de informar de parte do jornalista e da necessidade básica de ser informado de parte do leitor, princípio que regula o contrato das duas partes, há uma variação infinita de negociação de sentidos. [...] Eles [os relatos noticiosos] trazem outras intencionalidades nem sempre explícitas, outras implicaturas e desejos subentendidos e dessa forma a relação oferece oportunidade de interpretações para muito além dos sentidos puramente informativos (MOTTA, 2003, p. 27).

Os diferentes níveis de ficcionalidade dos relatos desencadeiam diversas formas de leitura. As notícias duras, por exemplo, não podem ser compreendidas como um todo numa única edição. É preciso acompanhá-las durante um período de tempo para que elas constituam

uma narrativa. Já as notícias de interesse humano, ou *soft news*, constituem uma história integral em si mesmas.

Narrando parcialmente a cada dia os fragmentos das ocorrências do mundo, as notícias 'duras' vão construindo um sentido de continuidade e estruturando compreensões intersubjetivas da História (MOTTA, 2003, p. 28).

As notícias brandas, que permitem que o jornalista use uma linguagem literária e que constituem uma história completa, possibilitam, por sua vez, que o leitor entre em contato com outros mundos, como uma obra de arte, assim como também tratam mais abertamente das emoções e sentimentos.

Modifica-se automaticamente o contrato jornalista-leitor ou emissor-destinatário: agora se permite uma suspensão maior do 'efeito de real', ainda que não nas mesmas dimensões da literatura. Nestes casos, a percepção do leitor passa a ser uma percepção narrativizada da realidade, a sua leitura é parecida com a leitura de um texto literário. A sua imaginação é estimulada, como num romance ou filme, com maior liberdade, embora a notícia se refira a algo realmente ocorrido e o grau de verossimilhança seja muito maior do que na ficção (MOTTA, 2003, p. 31).

A importância que Motta atribui à construção dos sentidos das notícias na vida das pessoas é de extrema relevância.

Considera-se que a percepção desta ficcionalidade na linguagem pretensamente descritiva do jornalismo é fundamental para apreender as particularidades do processo de criação de sentidos. É através da apreensão da narratividade, e dos graus de ficcionalidade decorrentes dela, que os leitores constroem significações. Lendo, vendo e ouvindo os diferentes relatos destas notícias diariamente os receptores discernem seqüências temporais, constroem as continuidades da vida, situam o passado e o presente, projetam desejos e utopias. Diariamente as notícias proporcionam um mar de narrativas que se entrecruzam entre si e outorgam realidade ao mundo em que vivemos. Cotidianamente, os indivíduos vão colocando em perspectiva na corrente do tempo os episódios que as notícias relatam e assim, intersubjetivamente, construindo o mundo em que habitam (MOTTA, 2003, p. 31).

As notícias, dessa forma, influem, diariamente, na construção do mundo no imaginário dos indivíduos.

O discurso que dá forma às notícias é o principal produto da mídia, segundo Rodrigues (1997). Uma de suas características seria o fato de se apresentar como um discurso acabado e de funcionar aparentemente sem intervalos, ao contrário dos discursos espontâneos, que são cheios de vazios, repetições e frases mal explicadas. Um dos exemplos desse comportamento do discurso midiático é dado por Serva (2001). Ele diz que, no rádio, os locutores falam sem parar, principalmente durante os jogos de futebol, “como se o silêncio pudesse despertar o ouvinte da letargia” (p. 80).

Esse efeito de completude resulta da camuflagem do processo de enunciação, através do uso predominante da terceira pessoa que, como sabemos, é a forma verbal da não-pessoa. O uso predominante da terceira pessoa garante ao discurso midiático uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciador (RODRIGUES, 1997, p. 217-8).

Apesar de o silêncio ser considerado “insuportável” para o discurso midiático, podendo indicar a “perda da relação com o público”, Rodrigues afirma que existem vários tipos de silêncio nessa modalidade de discurso. O principal deles é o silêncio do espectador.

Apesar de silencioso, o público está presente na cadeia de elaboração do discurso, e é deste silencioso processo de escuta que o discurso da mídia recebe o seu princípio, o seu alimento, a sua razão de ser, o seu sentido (RODRIGUES, 1997, p. 218).

Mesmo admitindo que a delimitação de qualquer tipo de discurso é bastante complicada, já que eles muitas vezes se mesclam, é isso que Rodrigues tenta fazer. Definir as principais diferenças entre o discurso da mídia e o das outras instituições sociais.

Se a delimitação das fronteiras de qualquer discurso é uma tarefa complexa, em virtude da sua relativa fluidez e heterogeneidade, da sua natureza multifacetada e polimórfica, a delimitação do discurso midiático é uma tarefa ainda mais difícil, devido à sua capacidade de circulação por todo o tipo de discursos e de infiltração nas restantes práticas discursivas (RODRIGUES, 1997, p. 219).

Isso por que os outros tipos de discurso circulam entre os integrantes de um círculo restrito, “um dos domínios específicos da experiência”, enquanto “o discurso midiático é transversal ao conjunto de todos os domínios da experiência moderna” (RODRIGUES, 1997, p. 220).

Além disso, o discurso da mídia tem o objetivo de ser entendido por todos, se esforça para ser claro e acessível, enquanto os dos outros domínios pretende ser entendido apenas por sua comunidade.

Esta distinção entre a opacidade dos discursos das outras instituições e a transparência dos discurso midiático é particularmente importante. Uma das suas consequências mais evidentes é o fato de o funcionamento do discurso midiático levar com frequência os detentores da legitimidade das outras instituições a considerarem que o discurso midiático atraiçoa a autenticidade do seu discurso especializado.

Mas há uma outra consequência do funcionamento exotérico do discurso midiático, a do seu contributo positivo para a permeabilidade dos discursos das outras instituições e para a homogeneização das sociedades modernas (RODRIGUES, 1997, p. 221).

O discurso midiático é, então, um mediador dos vários tipos de discursos das diversas instituições, tornando-os acessíveis ao público em geral. Ele é o responsável por essa mediação, mas é diferente destes outros discursos. É a principal diferença do discurso midiático é que ele é unilateral e dirigido a um público indiferenciado e não especializado.

Há obviamente também outras modalidades de discurso em que a relação interlocutiva é caracterizada pela unilateralidade da enunciação. [...] Os destinatários

dos discursos destas instituições não constituem, no entanto, ao contrário dos destinatários do discurso midiático, um público indiferenciado (RODRIGUES, 1997, p. 229).

Rodrigues relata também a característica citada por Motta de que a mídia tenta tornar invisível a autoria do seu discurso.

Há ainda outra característica da relação enunciativa própria ao discurso midiático, a do lugar de fala a partir do qual o discurso é produzido. Esta característica tem a ver com o fato de o discurso midiático neutralizar as marcas enunciativas, evitando o uso das formas indexicais, dos dispositivos da linguagem que explicitam a relação dos enunciados com a pessoa, o lugar e o tempo da própria enunciação. Esta característica tem a ver com o predomínio da função referencial e com a estratégia universalizante do próprio discurso midiático (RODRIGUES, 1997, p. 230).

Para chegar a todo o seu público (indiferenciado) de forma compreensível, já que ele não pode fazer perguntas para tirar suas dúvidas, o discurso midiático também precisa se valer de algumas artimanhas. Segundo Rodrigues, o que possibilita que ele transite entre os mais diferentes tipos de indivíduos é a intertextualidade, o entrecruzamento de expressões das mais diversas áreas.

Para evidenciar as dificuldades de intercompreensão decorrentes da diversidade e da ausência dos interlocutores, o discurso midiático utiliza sobretudo os recursos da intertextualidade. É o caso do uso de elementos anafóricos, de unidades discursivas que remetem para outras, criando assim efeitos co-textuais que ancoram o discurso a um sentido intertextual, identificável pelo público, independentemente do horizonte da sua experiência individual (RODRIGUES, 1997, p. 232-233).

Rodrigues também dá à mídia um papel decisivo, senão assustador, na manutenção da coesão da coletividade. Segundo ele, é essa mediação entre os discursos das diversas instituições que mantém a sociedade atualmente como uma unidade.

Sendo a modernidade marcada pela autonomia das diferentes esferas da experiência, as sociedades modernas correriam o risco de dissolução, de prosseguirem um conjunto de objetivos desgarrados, heteróclitos e sem sentido, se não pudessem contar com procedimentos destinados a assegurar a composição entre os interesses heterogêneos das diferentes instituições. É a instituição midiática que desempenha, nas sociedades modernas, este papel estratégico de composição e de conseqüente cimento homogeneizador da vida coletiva (RODRIGUES, 1997, p. 224).

## 2.2 A comunidade interpretativa dos jornalistas

Para Zelizer (2000), os jornalistas são uma comunidade que tem códigos específicos para interpretar os fatos. Ela propõe que “se considere o jornalismo não só como profissão mas também como uma comunidade interpretativa, unida pelo seu discurso partilhado e pelas interpretações coletivas de acontecimentos públicos relevantes” (ZELIZER, 2000, p. 33).

Segundo a autora, o enquadramento dos jornalistas apenas como profissionais da mesma área não explica de forma completa o seu comportamento, embora essa tenha sido a abordagem mais utilizada até o momento. Para comprovar a tese, ela compara o ponto de vista dos jornalistas americanos em relação a dois acontecimentos públicos importantes: o Watergate e o mccarthismo.

Na história do jornalismo, a primeira característica encontrada para diferenciar os repórteres das outras pessoas foi a sua capacidade de decidir o que é e o que não é notícia. Logo depois, ser um profissional do jornalismo começou a significar também a atitude de abordar os fatos com objetividade, neutralidade e equilíbrio. “Adotar tais atitudes ajudou a pôr de parte os perigos inerentes à subjetividade do ato de informar ao mesmo tempo que permitiu

que os jornalistas se intitulassem como profissionais” (ZELIZER, 2000, p. 35). Desde que o jornalismo começou a ser considerado uma profissão, é assim que tem sido analisado por grande parte dos estudos sobre ele.

Um dos aspectos que a análise do jornalismo como profissão não dá conta é a resistência dos jornalistas em admitir que eles constroem a realidade. “Isto levanta questões sobre como e por que razão os jornalistas usam o profissionalismo como forma de esconder a dimensão ‘construtiva’ das suas atividades. Como é que ‘ser profissional’ se tornou uma ‘senha’ para ocultar os elaborados mecanismos pelos quais é construída a realidade?” (ZELIZER, 2000, p. 35).

Também não se tem prestado atenção nas “redes informais” de relacionamento entre os repórteres. A interação entre eles seriam as “formas através das quais os jornalistas assimilam regras, fronteiras e adquirem um sentimento de propriedade, isto é, saber quando as suas ações são adequadas sem que tal lhes seja inculcado pelos seus superiores” (ZELIZER, 2000, p. 36). Por fim, os estudos sobre o jornalismo como profissão não estariam abordando-o como uma prática de construção do texto narrativo.

As práticas jornalísticas de narração e de contar “estórias” foram também descuradas. Enquanto os jornalistas há muito que discutem entre si questões ligadas ao ato narrativo – “como contar uma ‘estória’ noticiosa”, distinções entre fato e ficção, sobre as determinantes estilísticas ou decorrentes do gênero e convenções específicas relativas à apresentação de notícias – confessar a não jornalistas uma dependência da estrutura narrativa parece pressupor uma falta de profissionalismo (ZELIZER, 2000, p. 36).

Para Zelizer, o jornalismo “pura e simplesmente não exige todos os aparatos de profissionalismo”.



Os jornalistas têm tendência a evitar os livros de ensino de jornalismo, as escolas e os programas de jornalismo, assim como os códigos de conduta jornalística. A aprendizagem é em vez disso considerada uma “combinação de osmose e fato consumado”, com códigos éticos altamente irrelevantes e uma rejeição sistemática da autorização de procedimentos. [...] Os jornalistas são também avessos a associações profissionais (ZELIZER, 2000, p. 37).

Assim, segundo ela, a comunidade jornalística não satisfaria aos requisitos de uma profissão.

Como foi sugerido por uma equipe de investigadores, “o jornalista moderno *pertence* a uma profissão mas não *está* numa profissão (...). As formas institucionais de profissionalismo serão provavelmente sempre evitadas pelo jornalista” [...] Isto não significa que a coletividade representada pela profissão não exista entre os jornalistas (ZELIZER, 2000, p. 37).

Tudo isso levou a autora a buscar uma nova abordagem para analisar os jornalistas como comunidade. “Precisamos de um quadro que permita explicar o jornalismo concentrando-nos na forma como os jornalistas constroem um significado sobre si mesmos” (ZELIZER, 2000, p. 38).

Ela diz que os jornalistas têm um tempo duplo para a interpretação dos fatos importantes. Um local e outro “duradouro”. O local é o construído durante o acontecimento, enquanto o repórter é sua testemunha. E o duradouro é o que se interpreta desse acontecimento anos depois, quando se tem uma noção mais equilibrada da sua relevância para a história.

Como exemplo, a autora utiliza o Watergate e o mccarthismo. O primeiro foi um caso de “sucesso” jornalístico. Os repórteres Woodward e Bernstein ganharam prêmios, tiveram sua história contada no cinema, publicaram um livro e foram tema de artigos em várias revistas especializadas. A investigação dos jornalistas também deu origem a discussões sobre

o uso de fontes anônimas e, nos anos que se seguiram, “as organizações jornalísticas expandiram de forma permanente seu pessoal investigativo”. No entanto, algumas décadas depois, alguns críticos começaram a questionar a real influência do caso Watergate na reportagem investigativa. E, “no final dos anos 80, o próprio Bernstein admitiu que o caso Watergate não tinha tido o efeito esperado sobre o jornalismo” (ZELIZER, 2000, p. 47).

O outro exemplo citado por Barbie Zelizer é o do mccarthismo, considerado um “fracasso” jornalístico. Isso porque, durante o período da perseguição aos comunistas nos EUA, os jornalistas foram omissos e não deram a devida importância ao fato.

Não havia prêmios, troféus, nenhum excesso nas práticas de cobertura da “estória” do senador do Wisconsin. Em vez disso, o acontecimento serviu para assinalar a vulnerabilidade do jornalismo investigativo (ZELIZER, 2000, p. 48).

Nos primeiros anos que sucederam o mccarthismo, nenhuma menção foi feita ao caso na literatura especializada. Segundo a autora, tudo isso indica que os jornalistas foram demasiado lentos a reconhecer o impacto desta “estória” no jornalismo americano.

A longo prazo, no entanto, o discurso sobre a época de McCarthy mudou. No modo duradouro, o “jornalismo veio a tornar-se parte fundamental do caso” e começaram a surgir discussões sobre o valor do jornalismo interpretativo, em comparação ao objetivo, e sobre o papel da imprensa durante o acontecimento.

No discurso duradouro, os jornalistas não viram de forma positiva a forma como foi narrado o caso McCarthy. A comunidade jornalística necessitou enquadrar o acontecimento de tal forma que isso conduzisse a uma mudança, mudança essa exigida não pelo triunfo mas pela derrota jornalística. [...] O mccarthismo tornou-se um exemplo daquilo que *não* deve ser feito no jornalismo. O seu valor teve então, por definição, de emergir no discurso – não no momento do desenlace do caso mas no momento em que foi recontado (ZELIZER, 2000, p. 50).

Assim, a autora conclui que os jornalistas têm duas chances de analisar a importância dos fatos para a história da profissão. No momento em que acontecem e no momento em que são alvo de discussões e reflexões dessa comunidade interpretativa.

Esta segunda oportunidade de interpretação sugere-nos a existência duma função do discurso jornalístico que alarga a autoridade da comunidade jornalística para além do que é evocado pelo quadro da profissão. Através do discurso duradouro, os jornalistas podem compensar ao seu duplo posicionamento temporal, apesar de a sua ideologia profissional apenas poder dar conta da sua presença no momento do acontecimento (ZELIZER, 2000, p. 52).

Ou seja, apenas o enquadramento do jornalismo como uma comunidade interpretativa dá conta do modo duradouro do discurso, pois o conceito da profissão contempla apenas o jornalista como “testemunha dos fatos”.

Ao restringir as nossas avaliações do jornalismo ao momento do relato original de um acontecimento, ficamos com um fraco entendimento das formas através das quais os jornalistas criam uma comunidade (ZELIZER, 2000, p. 52).

Pois, além de serem hoje uma profissão consolidada, eles associam-se

[...] também através de “estórias” que são informalmente repetidas e alteradas à medida que se alteram também as circunstâncias com que se confronta a comunidade. O discurso coletivo no qual emerge tal comunidade pode ser por isso tão importante para a compreensão do jornalismo quanto os indicadores formalizados segundo os quais têm tradicionalmente sido avaliados os jornalistas (ZELIZER, 2000, p. 53).

### 3 A ETNOGRAFIA COMO INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS

*Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você nada tem para fazer e não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar – pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné.*

Bronislaw Malinowski

Apesar de dois terços do planeta serem cobertos por água, a área de superfície terrestre é tão grande que ninguém até hoje a conheceu totalmente. Neste imenso espaço, surgiram, ao longo desses muitos mil anos de existência do homem, inúmeros tipos de sociedades, muitas delas já destruídas. Hoje, no entanto, grande parte destes povos está interligado e não consegue ficar imune às influências da mídia, das decisões políticas e comerciais internacionais, da globalização. Cada vez é mais difícil a possibilidade de existência de uma sociedade primitiva, original, que tenha criado sua forma de viver sem influências externas. Era justamente a forma de organização dessas sociedades “nativas” o objeto de estudo dos “etnólogos” quando a antropologia surgiu, no século XIX. O antropólogo é aquele que desvenda o “outro”, observando as sociedades diferentes da sua. Com isso, ele pretende descobrir o que elas têm em comum e, conseqüentemente, quais são as características

universais do homem. Para isso, ele vai estudar as teorias antropológicas que já foram desenvolvidas e testá-las na prática.

A pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria que o pesquisador leva para o campo e a observação entre os nativos que estuda (PEIRANO, 1995, p. 43).

O surgimento da etnografia é decorrência da descoberta dos europeus de que havia sociedades em outros continentes e que elas não viviam como eles, os “povos civilizados”. Nas expedições iniciais às novas terras, quase sempre havia um viajante que tinha como objetivo descrever o modo de vida dos “primitivos”, além do clima, do relevo, a flora e a fauna. Mesmo depois que a etnografia se transforma num método adotado por cientistas sociais para conhecer as sociedades distantes, quem coleta as informações “in loco” são, ainda, esses viajantes, que podiam ser também desde missionários até comerciantes. Eles não só aplicavam os “questionários” que os etnólogos encomendavam, como também recolhiam objetos característicos dos lugares que visitavam – muitos dos quais estão até hoje nos museus da Europa. Era a chamada antropologia “de gabinete”.

A primeira grande mudança nos métodos de pesquisa da antropologia aconteceu no início do século XX, quando Bronislaw Malinowski promoveu o que Winkin (1998) chama de a “primeira revolução” desta ciência: a pesquisa de campo. Entre 1915 e 1920, o antropólogo polonês viveu entre os nativos das ilhas Trobriand, em Nova Guiné, para, em 1922, publicar o famoso “Argonautas do Pacífico ocidental”.

É uma primeira revolução pois, de um lado, o antropólogo é e permanece durante muito tempo no campo mesmo, e, por outro lado, não encara mais aqueles que observa como graciosos animais exóticos, mas sim como pessoas dignas de

respeito, cuja vida social se deve tentar reconstituir por observação às vezes participante (WINKIN, 1998, p. 130).

O etnógrafo, segundo Malinowski, não vai encontrar os fatos etnográficos de uma cultura formulados num “código de leis escrito ou explicitamente expresso”, pois “toda a sua tradição tribal, toda a estrutura da sua sociedade encontram-se incorporadas no mais evasivo de todos os materiais: o ser humano” (MALINOWSKI apud ZALUAR GUIMARÃES, 1990, p. 11).

É inútil, diz-nos Malinowski, fazer perguntas abstratas, em termos sociológicos ou muito abrangentes, aos nativos, pois não as entenderiam. É preciso deixar que ocorram “casos reais” para que o etnógrafo possa observar seu comportamento e ouvi-los falar e discutir sobre o caso ocorrido ou sobre outros similares no passado, julgando e tomando partido ou respondendo a perguntas concretamente formuladas pelo pesquisador (ZALUAR GUIMARÃES, 1990, p. 11).

Depois que Malinowski instituiu que o pesquisador deve “conviver” com os nativos até “captar o seu ponto de vista”, veio o que para Winkin (1998) foi a segunda revolução da antropologia. No entreguerras, os antropólogos americanos começaram a se questionar até que ponto era realmente necessário que eles viajassem para países remotos para analisar as diferentes organizações sociais. E começaram então a fazer etnografia de comunidades localizadas em pequenas cidades perdidas em estados como Massachusetts e Illinois, ou seja, no seu próprio país.

Por fim, a terceira revolução da disciplina aconteceu nos anos 50, quando esses antropólogos “endóticos” (em oposição a exóticos) começam a desviar seu foco dos grupos “excluídos” (pobres, índios, camponeses, mendigos) ou isolados para se debruçar sobre qualquer tipo de grupo, no que Ward Goodenough (apud WINKIN, 1998) chamou de antropologia “fora das ilhas”. Para essa abordagem, o estudo sobre um grupo precisa descobrir

“o que é preciso saber para ser membro”: de uma família, do café do lado, de uma cidade, da sociedade brasileira.

A definição de cultura dada por Goodenough é, portanto, ao mesmo tempo muito elástica (sua escala vai do aqui e agora até a sociedade global) e muito operacional: apenas dizendo “tudo o que se deve saber para ser membro”, vocês podem começar a se perguntar quais são as regras explícitas e implícitas, qual é o saber latente e manifesto que podem adquirir, de uma ou de outra maneira, para se sentirem membros e para serem, perante os membros dessa cultura, *previsíveis* (WINKIN, 1998, p. 131).

É por isso que hoje alguns teóricos afirmam que “somos todos exóticos”. Não existem mais os limites que determinam que tipos de grupos podem ou não ser estudados. O que persiste é a busca do antropólogo pelo universal: aquilo que os homens pertencentes aos mais variados ambientes têm em comum.

### 3.1 O antropólogo interpreta as culturas

A busca do antropólogo pelas leis que regem a organização social do seu grupo de estudo, no entanto, não é um trabalho metodologicamente bem definido (há vários métodos que o cientista pode escolher), nem pode mais ser feito apenas com uma pesquisa quantitativa, com o objetivo de torná-lo independente da subjetividade do pesquisador. Pelo contrário. Cada vez mais os estudiosos defendem que a antropologia é um trabalho “interpretativo” e que a qualidade de uma etnografia depende de fatores como o grau de interesse do cientista social pelo seu grupo de estudo, o nível de interatividade dos pesquisados com o pesquisador e, ainda, a sua habilidade para escrever, traduzindo para a sua linguagem de origem as suas conclusões.

Para mim, a etnografia hoje é ao mesmo tempo uma arte e uma disciplina científica, que consiste em primeiro lugar em *saber ver*. É em seguida uma disciplina que exige *saber estar com*, com outros e consigo mesmo, quando você se encontra perante outras pessoas. Enfim, é uma arte que exige que se saiba retraduzir para um público terceiro (terceiro em relação àquele que você estudou) e portanto que se *saiba escrever*. Arte de ver, arte de ser, arte de escrever. São estas três competências que a etnografia convoca (WINKIN, 1998, p. 132).

O primeiro a refletir sobre as habilidades necessárias para o antropólogo foi Evans-Pritchard. Para ele, não bastava ao cientista capacidade intelectual e bagagem teórica: era preciso também sensibilidade e imaginação para a pesquisa e habilidade literária para o texto. “Como ele próprio sintetizou, ‘o antropólogo não é só o cotejador e o intérprete de fontes. É o criador delas’” (PEIRANO, 1995, p. 138).

Da Matta (1978) defende que a etnologia tem três fases. A primeira é a fase do planejamento, na qual o cientista usa somente a cabeça, ou seja, se informa sobre o grupo que pretende observar através dos livros, mas não tem nenhum contato com os seres humanos que serão o objeto de estudo. É um “conhecer que é teórico, universal e mediatizado não pelo concreto e sobretudo pelo específico, mas pelo abstrato e pelo não vivenciado” (DA MATTA, 1978, p. 24). Além disso, não contempla todos os sentimentos e sensações que permeiam a experiência real: “perdas, ansiedades e medos, todos esses intrusos que os livros, sobretudo os famigerados ‘manuais’ das Ciências Sociais teimam por ignorar” (DA MATTA, 1978, p. 24).

A segunda fase é o período prático de preparação para o campo. É quando o pesquisador precisa deslocar a sua preocupação das teorias mais universais para outras como onde vai dormir, o que deve levar para comer, como vai sobreviver durante o tempo em que estará em contato com o grupo pesquisado. “Já não se trata de citar a experiência de algum herói-civilizador da disciplina, mas de colocar o problema fundamental na Antropologia, qual



seja: o da especificidade e relatividade de sua própria experiência” (DA MATTA, 1978, p. 25).

Por fim, a terceira fase, que Da Matta diz ter sido a mais importante para ele, é a “pessoal” ou “existencial”. É o período decisivo de convivência entre os “nativos” do grupo em estudo, no qual o pesquisador terá que interagir com eles. “Vejo-me diante de gente de carne e osso. Gente boa e antipática, gente sabida e estúpida, gente feia e bonita. Estou, assim, submerso num mundo que se situava, e depois da pesquisa volta a se situar, entre a realidade e o livro” (DA MATTA, 1978, p. 25). É também quando o antropólogo chega enfim ao momento de executar a sua tarefa, o momento em que ele está afinal entre “dois mundos” e é o encarregado de ser o “tradutor” de um sistema para o outro.

Todos esses detalhes da interação entre o pesquisador e o seu grupo de estudo foram por muito tempo considerados sem importância. A Antropologia Social só se preocupava em estabelecer as rotinas de pesquisa. Os livros da disciplina ensinavam apenas como fazer um mapa da aldeia, colher a genealogia dos nativos e delimitar o tamanho de cada roça. Valorizar tanto os métodos de pesquisa, deixando para comentar somente nas reuniões informais entre antropólogos tudo o que acontece nos bastidores do trabalho de campo é, para Da Matta, uma tentativa de esconder que esta ciência não é assim tão rigorosa.

É uma maneira e um modo muito envergonhado de não assumir o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo, temor esse que é tanto maior quanto mais voltado está o etnólogo para uma idealização do rigor nas disciplinas sociais. Numa palavra, é um modo de não assumir o ofício de etnólogo integralmente, é o medo de sentir o que a Dra. Jean Carter Lave denominou, com rara felicidade, numa carta do campo, o *anthropological blues* (DA MATTA, 1978, p. 27).

Com o termo *anthropological blues*, pretendia-se abranger os aspectos interpretativos do ofício do etnólogo. O esforço do antropólogo contemporâneo para compreender uma cultura poderia ser “grosseiramente” resumido em dois movimentos: um, o de transformar o exótico em familiar (quando irá observar uma cultura diferente da sua); o outro, ao contrário, é o de transformar o familiar em exótico (quando observa a sua própria cultura). Estes corresponderiam também aos dois momentos mais marcantes da história da Antropologia. O primeiro corresponde ao movimento original de “busca deliberada dos enigmas sociais situados em universos de significação sabidamente incompreendidos pelos meios sociais do seu tempo” (DA MATTA, 1978, p. 28). Foi quando o cientista se deslocou de seu grupo de origem para lugares remotos, buscando conhecer outras formas de organização social. Com isso, esperava desvendar os “enigmas” citados em termos compreensíveis à sua sociedade. O segundo movimento é o que acontece na ciência atualmente, que é o de olhar para a própria sociedade e, nesse caso, “o problema é o de tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir o exótico que está petrificado dentro de nós” (DA MATTA, 1978, p. 28).

Esses dois movimentos são comparados pelo autor à viagem clássica homérica e à viagem xamanística. Enquanto na primeira o herói sai de sua terra para descobrir novos mundos, na segunda o xamã faz uma viagem vertical, para dentro de si mesmo, num “movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar” (DA MATTA, 1978, p. 29).

Nos dois casos, porém, o cientista precisa conciliar as teorias antropológicas com seus conflitos internos. Os imprevistos que surgem durante a prática etnográfica do pesquisador tentando equilibrar suas ferramentas de trabalho e seus sentimentos é o que Da Matta chama

de “anthropological blues”. O sentimento e a emoção seriam, “para parafrasear Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica” (1978, p. 30). Alguns exemplos dessa influência emocional são os comentários de Evans-Pritchard, que disse que estudando os Nuer pode-se adquirir “Nuerosis” e do próprio Lévi-Strauss, que reclamou da solidão, da falta de privacidade e da sujeira dos índios. Nem sempre, é claro, esses sentimentos são desagradáveis. Maybury-Lewis criou laços de amizade com seu informante. “Assim, é no último instante do seu relato que ficamos sabendo que Apowen – ao se despedir do antropólogo – tinha lágrimas nos olhos” (DA MATTA, 1978, p. 31).

Para completar, os manuais da disciplina afirmam que o antropólogo tem que se identificar com a cultura que observa, mas não falam do contrário, ou seja, da identificação dos nativos com o sistema do pesquisador. Identificação esta que ocorre pela “simpatia, amizade, dinheiro, presentes e Deus sabe mais como!” e que é necessária para que os nativos (os informantes) lhe digam “segredos, rompam com lealdades, forneçam-lhe lampejos novos sobre a cultura em estudo” (DA MATTA, 1978, p. 34).

Com isso, o autor conclui, contraditoriamente, que o antropólogo nunca está só. Enquanto está no campo, está ligado à sua própria cultura. Quando retorna à sua sociedade de origem, fica com as lembranças das imagens e pessoas que conheceu no campo. Estas, “situadas fora do alcance imediato do seu próprio mundo, apenas instigam e trazem à luz uma ligação nostálgica, aquela dos *anthropological blues*” (1978, p. 34).

Segundo o autor, é preciso recuperar o lado extraordinário das relações pesquisador/nativo. Se este é o lado mais difícil de ser apanhado da situação antropológica,

sem ele, no entanto, não é possível escrever uma boa etnografia. Sem ele, como coloca Geertz, não é possível distinguir um piscar de olhos de uma piscadela marota.

E é isso que distingue a “descrição densa” – tipicamente antropológica — da descrição inversa, fotográfica ou mecânica, do viajante ou do missionário. Mas para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade (DA MATTA, 1978, p. 35).

A descoberta da Antropologia Social como uma disciplina interpretativa marca a sua passagem de uma matéria vista como “ciência natural da sociedade” para uma destinada “a confrontar subjetividades”. Cardoso de Oliveira (2000), porém, alerta para o fato de que a incorporação à monografia do relato dos sentimentos e emoções vividos durante o trabalho de campo pode deixar o seu texto cair num excesso de intimismo. Esse é, para ele, o risco das monografias “pós-modernas”. As monografias clássicas tinham uma disposição padrão de capítulos – território, economia, organização social e parentesco, religião, mitologia, entre outros. Já as monografias modernas priorizam um tema, em cima do qual a sociedade é descrita, analisada e interpretada. Em relação às monografias “pós-modernas” ou “experimentais”, Cardoso de Oliveira ressalta que, em alguns casos, são “quase intimistas, impondo ao leitor a constante presença do autor no texto” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 29). Feita essa ressalva, no entanto, o autor vê também vantagens nessa nova forma de construção das monografias.

O fato de se escrever na primeira pessoa do singular – como parecem recomendar os defensores desse terceiro tipo de monografia – não significa, necessariamente, que o texto deva ser intimista. Deve significar, simplesmente, que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*. É claro que sempre haverá situações em que esse *nós* pode ou deve ser evocado pelo autor. Não deve, contudo, ser o padrão na retórica do texto (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 30).

E segue (2000, p. 31):

Entendo que para se elaborar o bom texto etnográfico, deve-se pensar as condições de sua produção a partir das etapas iniciais da obtenção dos dados – o olhar e o ouvir –, o que não quer dizer que ele deva emaranhar-se na subjetividade do autor/pesquisador.

Também para Cardoso de Oliveira (2000) o trabalho do antropólogo exige três habilidades, como defende Winkin (1998), com a diferença de que, para o primeiro, em vez de “saber estar com”, a segunda característica necessária ao pesquisador é saber “ouvir”.

Cardoso de Oliveira (2000) relaciona estas três habilidades com as “faculdades da alma” de Leibniz: a percepção e o pensamento. Enquanto o olhar e o ouvir antropologicamente disciplinados constituiriam a *percepção*, o escrever estaria intimamente ligado ao *pensamento*. Nenhuma destas faculdades, no entanto, está livre de influências, ou seja, nenhuma delas capta diretamente a realidade como ela é. Sempre há “filtros”. Em primeiro lugar, o autor analisa o olhar.

A partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 19).

O antropólogo pode obter uma grande quantidade de informações sobre o seu grupo de estudo através do olhar. Chegará um momento, porém, em que ele precisa fazer entrevistas, questionando os nativos sobre o porquê de determinadas atitudes, por exemplo. É nesse momento que entra em ação a segunda habilidade, o ouvir. O autor lembra, de início, que essas duas primeiras faculdades, olhar e ouvir, são complementares. E se, para alguém, fazer

entrevistas parece fácil, Cardoso de Oliveira, ao contrário, considera a tarefa extremamente delicada.

Se, aparentemente, a entrevista tende a ser encarada como algo sem maiores dificuldades, salvo, naturalmente, a limitação lingüística – isto é, o fraco domínio do idioma nativo pelo etnólogo –, ela torna-se muito mais complexa quando consideramos que a maior dificuldade está na diferença entre “idiomas culturais”, à saber, entre o mundo do pesquisador e o do nativo, esse mundo estranho no qual desejamos penetrar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 22-23).

A relação pesquisador/informante sempre foi muito discutida na literatura antropológica. E não só pela dificuldade de comunicação entre eles. O pesquisador também exerce poder sobre o informante (mesmo quando se pretende um observador neutro) e com isso cria uma falsa interação, a não ser que o transforme em “interlocutor”.

Esse poder, subjacente às relações humanas – que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar –, já na relação pesquisador/informante desempenhará uma função profundamente empobrecedora do ato cognitivo: as perguntas feitas em busca de respostas pontuais lado a lado da autoridade de quem as faz – com ou sem autoritarismo –, criam um campo ilusório de interação. A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante, o etnólogo não cria condições de efetivo *diálogo*. A relação não é dialógica. Ao passo que transformando esse informante em “interlocutor”, uma nova modalidade de relacionamento pode – e deve – ter lugar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Segundo o autor, é quando o pesquisador se relaciona com o informante de forma dialógica que ele consegue as informações de melhor qualidade. Ele não pode ter medo de contaminar o discurso do nativo com o seu próprio, na medida em que conversa com ele, porque essa influência recíproca é inevitável.

Mesmo porque, acreditar ser possível a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta, é apenas viver em uma doce ilusão. Ao trocarmos idéias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guiados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 24).

Enquanto o olhar e o ouvir fazem parte da fase de trabalho no campo, o escrever faria parte de uma segunda fase, quando o cientista volta ao seu “gabinete”, ou seja, à instituição, geralmente universitária, onde produzirá a sua monografia. É nesta etapa também que o antropólogo desenvolve de forma sistemática o seu pensamento, ao mesmo tempo em que “textualiza” as suas observações. Mais uma vez, o processo é complicado e carente de cuidados.

Para [Clifford] Geertz, por exemplo, poder-se-ia entender toda etnografia não apenas como tecnicamente difícil, uma vez que colocamos vidas alheias em “nossos” textos, mas, sobretudo, por esse trabalho ser “moral, política e epistemologicamente delicado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 26).

E lembra o caráter interpretativo da tarefa (2000, p. 27):

Temos de admitir que mais do que uma tradução da “cultura nativa” na “cultura antropológica” – isto é, no idioma de minha disciplina –, realizamos uma *interpretação* que, por sua vez, está balizada pelas categorias ou pelos conceitos básicos constitutivos da disciplina.

Esta interpretação, é claro, não é desvinculada dos dados observados. O etnólogo tem que prestar contas do que ele de fato viu aos seus pares. Mas estes dados passam, sem dúvida, por um segundo processo de refração (além daquele efetuado, primordialmente, pelo olhar), já que o antropólogo está agora no seu lugar de origem, sob a influência do ambiente acadêmico, das “conversas de corredor ou de restaurante, dos debates realizados em congressos, pela atividade docente, pela pesquisa de biblioteca” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 27).

Peirano concorda com a visão de que o que mais importa no trabalho do antropólogo é a obra que ele produz após a sua pesquisa de campo, na qual ele utiliza as anotações do seu diário para teorizar sobre a cultura observada.

Mesmo que a pesquisa etnográfica se realize com o objetivo de desafiar os conceitos estabelecidos, e embora a pesquisa de campo caracterize a disciplina, ela não é a meta final do antropólogo. Já se disse que a antropologia estuda problemas e não povos (Evans-Pritchard) e, mais recentemente, que os antropólogos não estudam aldeias, mas *em* aldeias (Geertz). Mas o fato é que, embora o conjunturalismo etnográfico vise uma reflexão teórica, as monografias são o que a disciplina guarda de mais precioso (PEIRANO, 1995, p. 17).

### 3.2 O antropólogo interpreta também a própria cultura

Velho (1978) afirma que o estudo de um grupo pelo antropólogo exige uma *distância*, que pode ser física ou psicológica. Sem dúvida, esclarece ele, “existe uma distância física entre a sociedade inglesa da década de trinta e uma tribo do Sudão” (p. 37). Assim, para que um empresário inglês se comunique com um chefe tribal, é necessário o seu deslocamento no espaço. No entanto, pode ser que a distância psicológica entre o empresário e um de seus empregados seja maior do que a que existe entre ele e o chefe tribal.

O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferência, gostos, idiossincrasias (VELHO, 1978, p. 38).

Simplesmente falar a mesma língua, principalmente em sociedades complexas, que possuem inúmeros subgrupos, não é garantia de que as pessoas estejam no mesmo universo de significação. Segundo Velho (1978, p. 38), “significados e interpretações diferentes podem ser



dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas”. O autor lembra que a noção de Estado Nacional e a valorização de um patrimônio cultural comum dentro de seus limites é um processo datado: surgiu com a burguesia.

Pode parecer estranho que um antropólogo esteja chamando atenção para o “artificialismo” de certas separações e limites entre sociedades e culturas. Mas creio que, contemporaneamente, cabe justamente aos antropólogos relativizar essas noções, não negando-as ou invalidando-as ideologicamente mas apontando a sua dimensão de algo *fabricado, produzido* cultural e historicamente. Não se trata de ser nacionalista ou internacionalista, mas sim de chamar atenção para a complexidade da categoria *distância* e disso extrair conseqüências para o nosso trabalho científico (VELHO, 1978, p. 39).

Por isso, Velho complementa a idéia de Da Matta de que o antropólogo precisa transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Velho defende que o familiar (o que vemos e encontramos na nossa sociedade) pode não ser *conhecido* e, por outro lado, o que não vemos pode ser exótico, mas *conhecido*. “No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente” (VELHO, 1978, p. 39).

Numa metrópole, uma pessoa pode encontrar ou ver diariamente, nos mais variados lugares, surfistas, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, militares e senhoras de classe média. Essa *familiaridade*, entretanto, não significa *conhecimento* sobre os hábitos, crenças e valores de cada um destes grupos, nem sobre as regras que estão por trás das suas interações.

Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “por-se no lugar do outro” (VELHO, 1978, p. 40).

O grau de familiaridade com os diversos grupos é variável e não significa conhecimento destes grupos e, além disso, pode tornar-se um impedimento se não for relativizado e transformado em objeto de reflexão.

O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Em princípio dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para a nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes ou afastados. Isso não significa que, mesmo ao nos defrontarmos, como indivíduos e pesquisadores, com grupos e situações aparentemente mais exóticos ou distantes, não estejamos sempre classificando e rotulando de acordo com princípios básicos através dos quais fomos e somos socializados (VELHO, 1978, p. 41).

Um exemplo de como o antropólogo pode filtrar a realidade através das noções oriundas de sua própria sociedade, mesmo quando está diante do exótico, é a valorização do indivíduo como unidade básica de mapeamento, com a qual o cientista social sempre opera. Entretanto, há grupos sociais que não valorizam tanto esta categoria, inclusive dentro da sociedade brasileira.

Com todas estas considerações, Velho ressalta que não pretende sugerir que o trabalho científico não é possível, mas lembrar que é preciso “humildade e controle de onipotência”, que afirma ser comum em seu meio. Afinal, o conhecimento é construído em situações cultural e historicamente definidas.

Embora aceite a idéia de que os repertórios humanos são limitados, suas combinações são suficientemente variadas para criar surpresas e abrir abismos, por mais familiares que indivíduos e situações possam parecer. Neste sentido um certo ceticismo pode ser saudável. Parece-me que Clifford Geertz ao enfatizar a natureza de *interpretação* do trabalho antropológico chama atenção de que o processo de conhecimento da vida social sempre implica em um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo (VELHO, 1978, p. 42).

Assim, o pesquisador deve ter em mente que a realidade é sempre filtrada pelo ponto de vista do observador, aceitando, portanto, a impossibilidade de resultados imparciais.

Uma das vantagens de se estudar o familiar, conforme Velho, é a maior possibilidade de o trabalho receber críticas e provocar polêmicas, tanto entre seus pares, muitos dos quais podem também estar observando a própria sociedade, quanto entre a comunidade pesquisada, os políticos que governam este grupo ou os artistas que já o representaram de alguma forma. Desse modo, o trabalho do antropólogo pode ser testado, revisto e confrontado, experiência que não é possível quando a etnografia se refere a sociedades remotas.

O mesmo não se dá com muitos estudos de sociedades exóticas e distantes, pesquisadas por apenas um investigador, em que não houve oportunidade de maiores discussões ou polêmicas. Assim, a interpretação de um investigador fica sendo a versão existente sobre determinada cultura, não sendo exposta a certos questionamentos (VELHO, 1978, p. 44).

Se o observador não conseguir, devido à sua origem, transformar totalmente o familiar em exótico, ele precisa necessariamente descobrir que a realidade onde vive é bem mais complexa do que a representada pelos “mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados”.

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, pode-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas, etc., permitindo remapeamentos da sociedade (VELHO, 1978, p. 45).

A antropologia é, portanto, a ciência que possibilita o conhecimento do outro, através da investigação das suas variadas nuances. Ela busca o desvendamento da diversidade e,

conseqüentemente, contribui para a aceitação deste outro, já que permite a compreensão do seu ponto de vista. A sociedade, hoje, a despeito da globalização, é cada vez mais plural. A antropologia busca ultrapassar a superficialidade dos estereótipos, que são o símbolo do desconhecimento e simplificam o jeito de ser dos mais diferentes grupos sociais.

#### 4 ETNOGRAFIA E JORNALISMO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Não há dúvida de que a etnografia e o jornalismo têm muito em comum. Entre as aproximações que podemos indicar, a partir da leitura dos artigos citados neste trabalho, é que as duas áreas vêm, nas últimas décadas, questionando a existência da objetividade – embora se possa dizer que o jornalismo depende fortemente da crença nesta mesma objetividade para se posicionar como um modo de conhecimento capaz de narrar o “mundo real”.

A aproximação pode se dar também na captação de informação: enquanto o jornalista entrevista diariamente suas fontes para recheiar suas matérias sobre os mais diversos assuntos, o antropólogo observa e entrevista seus informantes para descobrir os meandros da lógica das mais diversas culturas. Os dois profissionais trabalham “mediando” o trânsito de informações advindas de pessoas com o objetivo de torná-las conhecidas por outras pessoas. Como consequência, nas duas áreas vemos surgir tanto a idéia de que o profissional “interpreta” a realidade, quanto a de que tem grande influência sobre o que é dito e pensado pela sociedade sobre os assuntos que aborda. Ou seja, tanto o jornalista quanto o antropólogo tem poder de decisão sobre o que será conhecido ou não pelo seu público-alvo.

Assim, coloca-se em discussão tanto a “tradução” que o profissional faz do que suas fontes lhe disseram – e por isso as duas áreas estão constantemente às voltas em discussões sobre as relações com seus informantes – quanto a forma como as informações que ele produz são recebidas, seja pelo público em geral, seja pela comunidade acadêmica – no caso da antropologia.

Outra semelhança importante entre as duas áreas é que em ambas é necessário se expressar através do texto. Tanto o jornalista quanto o antropólogo não têm como cumprir a sua tarefa sem escrever e construir narrativas, contando “histórias” sobre outras pessoas, no caso dos jornalistas, ou sobre as próprias experiências no campo, no caso dos antropólogos. Os jornalistas também já inseriram em seus textos a descrição das próprias emoções e sensações, principalmente os seguidores do Novo Jornalismo, mas a prática não se tornou a regra da profissão. Por isso, as duas áreas também discutem suas relações com a literatura.

Farias e Travancas comentam estas semelhanças entre antropologia e comunicação:

É interessante notar a analogia que há entre as atividades dos antropólogos e, por exemplo, jornalistas. Ambos vão “a campo” pesquisar suas “fontes” e ouvir “informantes” (as palavras são as mesmas) em busca de informações. Ambos trabalham seus textos, que são então publicados, cada um em seu circuito (acadêmico ou jornalístico); assim, é possível pensar que as ligações entre informantes e profissionais, entre emissores e receptores de mensagens, são discussões na verdade válidas para ambas as disciplinas (FARIAS; TRAVANCAS, 2003, p. 8-9).

Como consequência da falta de um método definido e exato de trabalho e também pela dependência da subjetividade do observador, as duas disciplinas enfrentam ainda desconfianças em relação ao seu *status* de ciência. Os próprios estudiosos das duas áreas questionam ainda as suas fronteiras com as outras ciências, assim como os seus limites para

alcançar a “verdade”. Sobre este último problema, a antropologia tem idéias um pouco diferentes das do jornalismo, defendendo o conceito de relativização, que se contrapõe ao de verdade. Não existem, para esta ciência, sistemas de valores, crenças ou modos de pensar certos ou errados, “uma vez que o que aproxima os homens é, exatamente, a sua condição de seres simbólicos e, portanto, a sua capacidade de diferir” (STROZENBERG, 2003, p. 18). Essa idéia, apesar de bem aceita, também enfrenta algumas ressalvas, pois pode levar a crer que tudo o que o homem fizer pode estar certo dentro da sua própria lógica, o que levaria a uma ausência de ética. Além disso, põe em xeque também a própria existência das ciências humanas, diante da impossibilidade de um conhecimento independente da subjetividade do pesquisador.

Voltado sobre si mesmo, o ato de relativizar leva ao questionamento do próprio saber produzido pelas ciências humanas e sociais. Levada às últimas conseqüências, a atitude de relativização pode chegar ao extremo de questionar a si mesma, como faz Otávio Velho em *Relativizando o relativismo*. Artigo em que, a partir de uma reflexão sobre os significados da ampla aceitação desta noção no contexto da modernidade, denuncia sua relação com uma mentalidade niilista e com uma “escassez de valores, convicções e compromissos” (STROZENBERG, 2003, p. 19).

No entanto, mesmo com algumas críticas ao excesso de relativismo, é possível notar que, na antropologia, “relativizar” as percepções em relação ao observado é o comportamento recomendado ao etnólogo. Ele não deve julgar as culturas alheias baseado na sua própria, pois essa atitude é considerada etnocentrismo. Já o jornalista, embora também busque ser “imparcial” e não colocar as suas opiniões no texto, fazendo qualquer tipo de juízo de valor, precisa ser incisivo nas suas afirmações. No seu texto, apesar do pouco tempo de que dispõe, em geral, para apurar as informações, o repórter tem obrigação de ter certeza do que escreve. Uma informação que não esteja totalmente esclarecida não deve ser noticiada.

#### 4.1 Possibilidades de entrelaçamento de jornalismo e etnografia

Se as duas disciplinas têm em comum a observação do comportamento humano, a utilização do homem como fonte de informação e a transformação dos dados coletados em textos, seria possível uma “união” de ferramentas? Seria possível, por exemplo, que o jornalista utilizasse a observação participante durante a fase de apuração de suas reportagens sobre outras culturas, como nos casos de matérias sobre outros países das revistas de viagens ou nas coberturas internacionais de guerras? Antes de se chegar a uma resposta que, à primeira vista, parece simples e positiva, é preciso analisar as diferenças que separam as duas áreas.

A primeira, e talvez a mais evidente: a necessidade ou não de teorias para a realização do trabalho de cada profissional. Enquanto, na antropologia, uma monografia só tem valor quando profundamente embasada em teorias, no jornalismo, ao contrário, o observador-repórter não deve se aventurar em análises sobre os fatos. Tudo o que ele escrever envolvendo idéias que estiverem além do que ele viu deve estar sustentado em opiniões de especialistas, pregam as máximas do fazer jornalístico. É a estas fontes especializadas que cabe teorizar sobre os temas em questão na mídia.

Os próprios cientistas sociais, com frequência, comparam o trabalho do antropólogo ao do jornalista, afirmando que o que os diferencia é o embasamento teórico. Sem a teoria como instrumento de análise do que foi observado, o trabalho de campo poderia ser feito por um repórter:



A terceira exigência, a partir do momento em que estão fazendo trabalho de campo, é obrigarem-se constantemente a fazer ida-e-volta entre a prática que estão vivendo e a teoria que lerão paralelamente. Pode-se dizer que tudo o que descrevi até agora qualquer bom jornalista seria capaz de fazer. E é verdade que muitas investigações jornalísticas se parecem muito, afora alguns matizes, com pesquisa etnográfica. Tenho em mente principalmente os longos textos dos jornalistas literários americanos, como John McPhee (WINKIN, 1998, p. 135).<sup>1</sup>

Peirano também faz esta comparação, referindo-se ao jornalismo, porém, de uma forma irônica, acusando-o de “popularesco” e de “descrever o diferente por si mesmo”, por ser de interesse do público em geral:

Assim, fica claro que a etnografia não é algo que se faz espontaneamente, nem que a inclinação ou o talento podem ser dispensados. Contudo, meras descrições de um fenômeno de uma cultura em termos de outra são um arremedo necessariamente pobre da prática antropológica e, por definição, estão condenadas a não passar de afirmações de um tipo popularesco – aquilo que Fábio Wanderley Reis chama de o estilo jornalístico que invade as ciências sociais. É importante, então, reter a idéia de que as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos (pelo natural interesse que despertam), mas também e principalmente para universalizá-los. São essas duas direções – a especificidade do caso concreto e o caráter universalista da sua manifestação – que levam a antropologia a um processo de refinamento de problemas e conceitos e não, como propalam os estereótipos a respeito do seu empirismo, a um acúmulo de informações sobre situações bizarras ou, quando falta talento, a “longos depoimentos em estado bruto das mulheres da periferia” (PEIRANO, 1995, p. 18-19).

A integração entre a prática e a teoria durante o trabalho antropológico é a principal causa de outra característica que o diferencia do jornalismo: a profundidade. O etnógrafo fica durante muitos meses entre o grupo que observa, às vezes até vários anos. Já o jornalista tem um prazo muito menor para captar informações para o seu texto, além de geralmente não ter conhecimento especializado sobre o que vai escrever. O sistema de trabalho das duas áreas não poderia gerar um resultado diferente: o antropólogo produz um texto científico, aprofundado e longo, enquanto as matérias jornalísticas são curtas, normalmente superficiais e

<sup>1</sup> A primeira exigência para um bom trabalho de etnografia, segundo Winkin (1998), é a escolha de um lugar público, onde o observador possa voltar quantas vezes quiser, sem se sentir constrangido. “A cidade não se reduz

acessíveis aos leigos. Entre as causas da diferença de profundidade dos materiais produzidos pelos dois profissionais se evidenciam também outras duas características que separam as áreas: o prazo de entrega de que cada um dispõe e o acesso do público à sua produção. As monografias etnográficas têm um prazo extenso e geralmente ficam restritas à comunidade acadêmica. As reportagens jornalísticas, por outro lado, frequentemente devem ser finalizadas em um prazo curto — variando conforme a periodicidade do veículo e exigências próprias da temática e das rotinas produtivas — e se dirigem a uma grande quantidade de pessoas, independentemente da formação profissional delas. Portanto, a linguagem deve ser muito mais clara, fluida e didática, evitando os termos técnicos, a não ser que sejam explicados.

Dessa forma, vê-se que assim como as duas áreas possuem semelhanças, apresentam também diferenças. É por isso, afinal, que são duas disciplinas distintas. O jornalista tem uma função social e o etnógrafo, outra. O objetivo deste trabalho é, a partir da compreensão de que o trabalho do antropólogo é mais cuidadoso e aprofundado do que o do jornalista, refletir sobre a possibilidade de o jornalismo se beneficiar dos métodos ou idéias da etnografia. Para isso, foram feitas entrevistas com profissionais que estudam a intersecção entre as duas áreas.

Nestas entrevistas, a maioria das respostas indicou um mesmo caminho: é possível, sim, que a antropologia contribua para a produção de um jornalismo mais elaborado, mais complexo e mais profundo, mas não no veloz espaço diário das notícias. Antonio Brasil, jornalista, professor de telejornalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e colunista do site “Comunique-se”, acredita que, para desenvolver um texto de maior consistência, o jornalista precisa de algumas condições básicas.

---

a esses lugares ambíguos, que pertencem mais à literatura da mídia sobre a cidade do que à realidade dela”, diz ele. A segunda exigência é a sistematização da observação.

A Antropologia é uma ferramenta poderosa para os jornalistas que buscam entender o mundo de forma mais aprofundada. Poucos têm esse privilégio em uma prática profissional que valoriza cada vez mais a rapidez. Antropologia, assim como jornalismo de verdade, requer tempo, investimentos e “boa vontade”.<sup>2</sup>

Um jornalismo que utilizasse ferramentas antropológicas, portanto, seria um jornalismo que não se encaixa nos atuais moldes da maioria dos veículos, que primam pelo furo, que deve ser dado com agilidade, antes dos demais meios de comunicação. Mesmo assim, é possível que se abra espaço para ele. E, quando esta oportunidade surge, é preciso que existam jornalistas preparados para aproveitá-la.

A jornalista Isabel Travancas, mestre em Antropologia Social (doutorado em literatura) e professora do Departamento de Antropologia Cultural da UFRJ, duvida da possibilidade de “adaptação” da etnografia ao jornalismo, mas acredita que a primeira pode dar contribuições relevantes ao segundo:

O jornalismo pode aprender com a perspectiva da antropologia de relativizar o mundo, as sociedades, o outro. A antropologia se caracteriza por essa percepção da diferença. Em termos práticos, acho que ela pode ajudar pouco, na medida em que o tempo para o jornalista é curto e o antropólogo pode ficar “imerso” em outra cultura para conhecê-la com mais profundidade através da etnografia. Esta, como afirma C. Geertz, é uma descrição densa, que exige de antemão muita base teórica, leituras sobre a sociedade estudada e bastante tempo de pesquisa. Acho que o jornalista pode realizar entrevistas abertas e pensar a sua participação a partir da idéia de observação participante. Mas “adaptar” a etnografia [ao jornalismo] é torná-la outra coisa.<sup>3</sup>

O maior risco, para ela, que o jornalista corre ao retratar outras culturas sem ter noções de antropologia é cair no etnocentrismo. Ou seja, julgar o outro pela ótica dos seus próprios costumes. A antropologia proporciona ao observador a noção de respeito à diversidade, mesmo que ela cause estranhamento e venha de encontro à sua visão de mundo. Isso não

<sup>2</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail, em 29 de julho de 2004.

significa que “tudo é relativo” e que se deve ficar impassível, por exemplo, diante inclusive de um grave desrespeito aos direitos humanos. Brasil alerta para esse outro extremo que o jornalista precisa evitar.

Ao retratar outras culturas, o jornalista deve ter o cuidado de evitar os preconceitos sem tornar-se relativista. Ou seja, não pode considerar que “tudo é relativo”. Precisa partir de premissas, instrumentos da sua cultura, para traduzir para o público o que observa.<sup>4</sup>

Cláudia Lago, jornalista e professora da Universidade de São Paulo (USP), em sua entrevista, denomina esta atitude de respeito à diferença – que o jornalista deveria ter em suas reportagens – de “olhar antropológico”. Um olhar de “estranhamento” em relação à sua própria sociedade e de tentativa de compreensão da “lógica” das culturas diferentes.

Acho que a etnografia pressupõe um aprofundamento que não é possível no trabalho cotidiano do jornalismo. Não que não existam semelhanças entre alguns procedimentos que antropólogos adotam para realizar suas etnografias e que jornalistas realizam para conseguir suas reportagens. Mas “etnografia” é muito mais do que um mero conjunto de técnicas — e a antropologia tem tratados e mais tratados sobre a essência da etnografia. Por outro lado, acho que é possível, e extremamente desejável, que o jornalista, principalmente aquele envolvido com o contato com “outros” claramente definidos enquanto tal, tenha o que chamo de “olhar antropológico”, que o permita perceber além de sua própria cultura.<sup>5</sup>

Esta percepção leva em conta que o homem “cria diferenças”, mesmo que todos estejam vivendo sob as mesmas condições. Esta idéia foi defendida pelo filósofo francês Michel Serres, em entrevista ao programa Roda Viva, no dia 8 de novembro de 1999. Quando questionado sobre os efeitos da globalização sobre os costumes regionais, comentou que não temia a “homogeneização” das culturas. “Nós criamos diferenças”, declarou.

<sup>3</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail, em 2 de junho de 2004.

<sup>4</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail.

<sup>5</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail, em 2 de junho de 2004.

A postura do antropólogo frente a uma cultura exótica, conforme descreve Peirano, pode servir de inspiração para o “olhar antropológico” do jornalista:

Já se disse que a antropologia olha dragões mas sem tentar domesticá-los, sem abominá-los e sem querer, tampouco, submergi-los nos tanques da teoria. Olhar os dragões apenas para admirá-los reativa ou esteticamente, ou para incluí-los no registro das possibilidades humanas, pode ser projeto de antropólogos de fina estirpe. Mas tendo visto outros mitos e outros ritos e, por que não, outros dragões, vimos também outras concepções de sociedade, outras idéias de ciência, outros modelos explicativos, outras visões de mundo. Na versão javanesa, “outros campos, outros gafanhotos” (PEIRANO, 1995, p. 144).

O problema, a partir de agora, seria “como” construir este olhar. A própria Cláudia Lago, durante sua entrevista, afirmou não ter ainda uma idéia clara de como esta construção seria possível, embora passe, sem dúvida, por experiências de “pesquisa de campo” durante o curso universitário. Ela inclusive dá como exemplo o contato (que considera de extrema importância) que os alunos de jornalismo da Universidade de São Paulo estão tendo com uma comunidade vizinha da instituição para fazer o jornal-laboratório de uma disciplina:

Se conseguíssemos aproximar o “olhar antropológico” dos cursos de jornalismo, seria um ganho. Sobre como fazer, eu realmente não tenho fórmulas. Penso que uma cadeira de Antropologia, que realmente fizesse as discussões fundantes da disciplina — a possibilidade de construção de um “outro” — seria muito interessante. E existem textos bárbaros sobre isso, desde clássicos, até muito mais recentes, que refletem sobre fazer antropologia hoje, antropologia das camadas urbanas, a etnografia enquanto uma construção etc. Um curso assim seria muito interessante, se aplicado ao jornalismo — e poderia até tecer comparações entre a “objetividade” antropológica e a jornalística, por exemplo.

Mas penso também que ele poderia se desdobrar e se relacionar a aspectos práticos da construção da notícia. Assim, ancorados em uma perspectiva diferente, a antropologia, os estudantes poderiam exercitar novas formas de ver e contar seus “fatos”. Penso isso porque tenho refletido sobre a produção do jornal laboratório que é feito pelos alunos do primeiro ano do jornalismo da ECA [Escola de Comunicações e Artes]. É o jornal que trata e circula em uma favela, ao lado da USP. Acho que a experiência que os alunos têm ao fazer essa mídia é mais do que jornalística, é antropológica. Seus relatos são de fascinação por pessoas que vivem de forma diferente — grupos com os quais muitos nunca haviam tido contato. Pois bem, é exatamente este choque, que chamamos de “estranhamento”, que está na raiz da experiência antropológica. Então, para concluir, acho que a relação entre antropologia e cursos de jornalismo se tornaria muito gratificante se conseguíssemos propiciar aos futuros jornalistas mesmo que fosse um pouco desse estranhamento,

consubstanciado por discussões sobre a construção do outro e nossa relação com ele.<sup>6</sup>

O publicitário Rafael Devos, doutorando em Ciências Sociais pelo Núcleo de Antropologia Visual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), propôs uma solução semelhante. Para ele, a construção de um “olhar antropológico” depende da experiência de campo acompanhada de reflexão sobre a prática jornalística.

Acho que o tal “olhar” de que eu falava só pode mesmo ser construído como fazem os antropólogos: lendo e refletindo sobre a prática. Acho que é preciso, além disso, que o jornalista se proponha a fazer um exercício de reportagem em que então se apoiaria nesse olhar antropológico e em algumas técnicas de pesquisa, pois só passando por uma experiência de estranhamento e produção de conhecimento sobre a diferença cultural se desenvolveria o tal “olhar”.<sup>7</sup>

O professor Liráucio Girardi Jr., da Faculdade Cásper Líbero, também autor de um artigo sobre a reportagem como experiência etnográfica, propôs a leitura de um artigo do cientista social William Foote-White (1990), sugerindo a comparação do comportamento do antropólogo durante o seu campo com o que é costumeiro do jornalista em suas apurações:

Primeiro, comece lendo “Desvendando Máscaras Sociais” da Alba Zaluar. O artigo de William Foot-White. Depois, imagine-se como jornalista no lugar dele (qual é a lógica da prática jornalística em comparação com a do antropólogo).<sup>8</sup>

Nesta sugestão, Girardi indica um caminho para que o jornalista se descubra como um profissional que utiliza determinados métodos em vez de outros. E, mais uma vez, a descoberta (que pode levar a uma transformação do comportamento) envolve leitura e reflexão. Neste texto, o autor conta como precisou agir para “ser aceito” no bairro em que fazia suas observações. Uma de suas conclusões chama a atenção pelo contraste com as

---

<sup>6</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail, em 10 de junho de 2004.

<sup>7</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail, em 8 de junho de 2004.

atitudes características do jornalista. O seu principal informante dentro da comunidade lhe disse que ele não deveria fazer perguntas inquisidoras aos “nativos”, pois esta iniciativa os espantaria. Ele deveria, ao contrário, apenas acompanhá-los em suas atividades diárias (tentando tornar-se “um deles”) e assim as suas dúvidas se esclareceriam “naturalmente”:

“Bill, vá devagar com esse palavreado de quem, o que, por que, quando, onde. Você faz estas perguntas e as pessoas irão se calar diante de você. Se as pessoas o aceitam, você pode perambular por todo canto e a longo prazo vai ter as respostas que precisa sem fazer perguntas” (FOOTE-WHITE, 1990, p. 82).

Para a jornalista Marta Cioccarì, mestre em antropologia e professora de Antropologia na UFRGS, a antropologia pode contribuir de várias formas para tornar o mergulho do jornalista na realidade mais “denso e intenso”.

Em primeiro lugar, o acompanhamento e a imersão em diferentes culturas, por meio da observação participante, em períodos mais longos de tempo, pode ajudar os repórteres a atravessar a linha da superficialidade nas narrativas jornalísticas.

Um segundo ponto está relacionado à superação de preconceitos em relação à diferença, ao que é próprio de outras culturas. Trata-se de vencer o chamado etnocentrismo e fazer com que neste deslocamento, que não é só geográfico, mas cultural, o repórter saia de seu mundo para vivenciar a experiência desse “outro”.

Um terceiro aspecto diz respeito à recuperação e à valorização da memória e da narrativa dos entrevistados, como recursos na apuração e na escrita. Significa a realização de pautas e matérias em que haja espaço para a fruição de narrativas dos entrevistados, da escuta das histórias de vida, recheadas de lembranças. Nesta postura, o repórter também assume-se como um “narrador”, um contador de histórias, que é a função primeira do jornalismo.<sup>9</sup>

Além destas contribuições da antropologia ao jornalismo, ela também aponta o que pode se tornar uma nova tendência do jornalismo, o jornalismo “holístico” ou “sistêmico”, que se baseia nas idéias de Fritjof Capra de que tudo está interligado.

<sup>8</sup> Em entrevista concedida à autora, por e-mail, em 2 de junho de 2004.

<sup>9</sup> Anotações pessoais, entregues à autora em 8 de julho de 2004.

Em quarto lugar, no processo da escrita, ainda que se conserve a não-evidência do “eu”, certa invisibilidade do autor, no caso da reportagem, há que resgatar a densidade da descrição do ambiente e dos personagens, recuperando a complexidade do mundo que nos cerca, com seus sabores, cheiros, tons e percepções diversas. A subjetividade do repórter, impondo-se sobre o mito da objetividade e da imparcialidade, aflora para multiplicar as possibilidades de apreensão e de captura da complexidade do real.<sup>10</sup>

Para descrever o jornalismo holístico, Cioccarri cita Edvaldo Pereira Lima, que construiu sua dissertação de mestrado sobre o tema e também é autor do livro “Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura”. Segundo Lima (apud BISSIO; FAJARDO, 1994):

O jornalismo que se propõe holístico incorpora sempre a busca de visões múltiplas, porque múltipla é a realidade. Ela só pode ser amplamente entendida com um enfoque dentro de um contexto balanceado, onde se examina globalmente o presente, se busca raízes do fenômeno no passado e, tanto quanto possível, se percebe a eventual consequência que o fato vai trazer no futuro.

Assim, conclui Cioccarri, este tipo de jornalismo veria a realidade não como “uma coisa rígida”, mas como fluida, interativa e harmônica, em que vários fenômenos acontecem simultaneamente e influenciam conjuntamente os seus desdobramentos.

Também buscando alternativas para um jornalismo mais profundo, de melhor qualidade, Girardi (2000) faz um questionamento sobre os métodos utilizados no jornalismo. Segundo ele, a sua reflexão sobre o assunto foi despertada pela leitura da reportagem “Viver nas ruas”, escrita pela jornalista Rebeca Kritsch, que ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo de 1995. A repórter “morou” nas ruas de São Paulo durante 5 dias para poder contar como é a vida das pessoas que vivem sem ter uma “casa” convencional. A primeira dúvida do autor é

---

<sup>10</sup> Anotações pessoais entregues à autora.



sobre a possibilidade de a jornalista “lembrar” de tudo o que viu, já que não tomou nenhuma nota – os antropólogos carregam sempre o seu diário de campo. Mas não é só isso.

Pouco se discute a respeito do tempo ideal de convivência com o grupo e as situações enfrentadas na reportagem, de maneira que nos seja permitido algum tipo de inferência.

O fato de o jornalista não ser um morador de rua não pode deixar impressões *etnocêntricas* em seu trabalho? Quais as vantagens de compartilhar com os sujeitos/objetos de investigação, em tempo integral, os seus hábitos diários, sua linguagem, seu trabalho, seu *lazer*, seu cotidiano? (GIRARDI JR., 2000, p. 200).

O que Girardi Jr. propõe é que estas questões sejam discutidas nas escolas de jornalismo, o que, para ele, não acontece ainda. Os repórteres simplesmente se apropriam dos “recursos legitimados pela vida acadêmica”, não só da área da antropologia, mas também da literatura, da história e da sociologia. No entanto, as necessidades do jornalismo não são as mesmas da vida acadêmica.

Este conflito (que, às vezes, se transforma em diálogo) entre a área de ciências sociais e as cadeiras técnicas de jornalismo nos parecem estimulantes e fundamentais para a dinâmica de um curso de comunicação social (GIRARDI JR., 2000, p. 211).

Em um artigo publicado no site do Observatório da Imprensa (sob a cartola “Antropojornalismo”), Antonio Brasil (2001) também defendeu que a antropologia pode ajudar o jornalismo a explicar melhor o mundo. Não nas notícias quentes do dia-a-dia, as *hard news*, mas naquelas matérias mais explicativas, “tão necessárias para entendermos um mundo totalmente às avessas”. Brasil se refere particularmente à cobertura internacional norte-americana dos ataques de 11 de setembro que, segundo ele, apresentava diariamente uma grande quantidade de informações mas, mesmo assim, todos continuavam não entendendo nada.

Entre a curiosidade por povos com costumes “exóticos” e a necessidade de um aprofundamento do noticiário internacional, pode ser que estejamos criando uma espécie de “antropojornalismo”. Ou seja, uma mistura entre as propostas totalizantes e científicas da antropologia com as técnicas jornalísticas mais voltadas para a popularização do conhecimento e do interesse geral do público. Definida como “uma certa atitude que filtra a maneira que vemos tudo mais na vida”, a antropologia pode não só evitar um pensamento reducionista mas também apontar melhores pautas para um novo jornalismo (BRASIL, 2001, documento eletrônico).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> BRASIL, Antonio. Uma ajuda para entender a crise. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, 10. out. 2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv101020011.htm>> Acesso em: 15 mai. 2004.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de estarmos em plena era da sociedade da informação, na qual o mundo inteiro está interligado pela internet, não significa que costumes antigos tenham desaparecido. A alta tecnologia alcançada pelo desenvolvimento da ciência não impede que existam pessoas que acreditam em Deus, países em que as mulheres que não podem mostrar o rosto e os homens se explodem com bombas porque consideram o suicídio um ato de heroísmo. Engana-se, portanto, quem pensa que as crenças, as religiões e os rituais estariam com os dias contados. Eles provavelmente nunca deixarão de existir porque fazem parte do homem, um ser simbólico, que cria significados para tudo o que o cerca. Mais do que isso, em cada grupo que se forma, os significados são diferentes.

O jornalismo, o responsável contemporâneo pela comunicação do “real”, se pretende chegar o mais perto possível do que acontece de fato, tem obrigação de mostrar a pluralidade que constitui os povos, sem discriminá-los. Afinal, a influência que ele possui hoje sobre os conceitos que as pessoas formam sobre os mais variados temas é inegável.

Talvez muitos jornalistas ainda não tenham a noção exata do efeito das suas escolhas sobre os leitores. Por isso, exercem a sua profissão, cotidianamente, sem refletir sobre as suas seleções. Serva (2000) nos dá um exemplo dos resultados do trabalho apressado e sem profundidade na cobertura internacional de um conflito complicado como a guerra da ex-Iugoslávia. Uma das maiores preocupações dos jornais era “simplificar” os fatos, a despeito da diversidade étnica da região e da complexidade das desavenças, cujo início remonta ao século XIV. Assim, uma notícia do “International Herald Tribune”, de Paris, de 5 de março de 1998, diz que corpos de 14 albaneses foram encontrados mutilados, sem olhos. Se, isolada, tal atrocidade impressiona, talvez o efeito não fosse o mesmo se o público soubesse que ela é recorrente na região. Em 1941, por exemplo, o líder do Estado Livre da Croácia, Ante Pavelich, um homem que aparentava ser tímido e bondoso, colecionava quilos de olhos humanos que ganhava de seus “fiéis”<sup>12</sup>. Da mesma forma, a “Folha de S. Paulo”, em 26 de agosto de 1991, publicou que o comandante da Guarda Nacional croata disse que faria uma limpeza étnica contra as forças sérvias, sem esclarecer, no entanto, que a “prática de extirpar populações de outra etnia é muito mais antiga do que podem supor aqueles que acompanham o conflito apenas pela leitura das reportagens ‘atuais’” (SERVA, 2000, p. 33).

Os conflitos, não raro, atingem níveis de violência hediondos. Se por um lado seus autores devem ser punidos, essas ocorrências não podem ser vistas como surpreendentes ou inéditas. E por decorrência não devem, em si, justificar projetos políticos de longo prazo, como eventuais programas de ação da ONU e da Otan. Intervir nos Bálcãs a favor da autonomia de Kosovo, contra o interesse dos sérvios, como uma reação à violência da ação de forças sérvias contra albaneses locais, como faz a Otan desde a guerra de 1999, é esquecer que pouco antes albaneses violentavam sérvios nas mesmas vilas, é não ver que os papéis de mocinho e de bandido não são exclusivos de qualquer um dos litigantes nessa região, desde que tudo começou (SERVA, 2000, p. 24-25).

Retratados desta forma, os iugoslavos parecem bárbaros sem capacidade de viver em comunidade. Não se contextualiza o modo de vida do lugar, não se explica o ponto de vista da

---

<sup>12</sup> Cf. MALAPARTE, C. apud SERVA, L., 2000, p. 27.

população, o motivo das constantes recaídas em conflitos civis. “É necessário menos arrogância em relação à diversidade”, alerta Brasil (2001). Sem compreensão da diversidade, não há possibilidade de diálogo. E do diálogo é que podem nascer, por exemplo, alternativas pacíficas para um conflito ou formas de diminuir a exclusão de minorias.

Quando escreve sobre culturas que não a própria, se o jornalista não buscar uma observação mais apurada, tentando subsidiar seu texto com informações menos superficiais e factuais, para compreender o ponto de vista dos atores da ação social, pode não só distorcer a imagem pública de um grupo, como ajudar a perpetuar preconceitos. Esta falta de conhecimento sobre o “outro” é que leva à discriminação e pode resultar nos mais variados tipos de violência. Brasil (2001), enquanto faz uma crítica à cobertura televisiva norte-americana após o 11 de Setembro, dá idéias de como a antropologia pode ajudar o jornalismo a ter mais complexidade e é esperançoso em relação ao futuro da profissão:

A proximidade entre o jornalismo e a antropologia é sem dúvida uma proposta ambiciosa. [...]

Mas se já podemos assistir a comentários pessoais de Arnaldo Jabor, no meio do intocável *Jornal Nacional*, com verdadeiras “pérolas de antropologia amadora”, por que também não poderíamos sonhar com explicações mais sérias, melhores e aprofundadas sobre o Islã, o Afeganistão ou até mesmo sobre o mais novo demônio internacional, o Bin Laden, nos nossos telejornais, num futuro próximo? Na verdade, a antropologia e o jornalismo, apesar das diferenças de metodologia e profundidade, têm um objetivo em comum: ambos priorizam o saber sobre o homem, sua sociedade e sua cultura (BRASIL, 2001, documento eletrônico).<sup>13</sup>

Assim como ele, os demais entrevistados neste trabalho afirmam que a antropologia pode ser muito útil ao jornalismo. Se não pode fazer etnografia nem se dedicar por muitos anos da sua vida ao estudo de um mesmo grupo, o jornalista pode, para melhor retratar outras

<sup>13</sup> BRASIL, Antonio. Uma ajuda para entender a crise. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, 10. out. 2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv101020011.htm>> Acesso em: 15 mai. 2004.

culturas, desenvolver o seu “olhar antropológico”. Este olhar o ajudaria a relativizar as suas convicções, com o objetivo de não ser etnocêntrico. O repórter buscaria, para isso, compreender o ponto de vista do outro, investigando os motivos do seu comportamento.

Tal olhar seria desenvolvido com leituras sobre o trabalho do antropólogo e com experiências jornalísticas em grupos “exóticos” para o estudante de jornalismo. Por certo, a reportagem nunca terá o nível de profundidade da etnografia. Pode, no entanto, ter mais complexidade, mais respeito à diversidade e, por isso, dar uma contribuição mais rica para a compreensão sobre outros modos de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BISSIO, Beatriz; FAJARDO, Elias. A perspectiva holística no jornalismo. *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, jan. 1994.
- BRASIL, Antonio. Uma ajuda para entender a crise. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, 10. out. 2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv101020011.htm>> Acesso em: 15 mai. 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- CHIZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FARIAS, P. & TRAVANCAS, I. (orgs.) *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- FOOTE-WHITE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR GUIMARÃES, Alba. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIRARDI JR., Liráucio. A reportagem como experiência etnográfica. *Anuário de Jornalismo 2000*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, ano II, n. 2, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos: pragmática jornalística e construção de sentidos. *Comunicação e espaço público*. Brasília, v. 6, n. 1/2, 2003.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (orgs.) *Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

STROZENBERG, Ilana. Antropologia e Comunicação: que conversa é essa? In: FARIAS, P. & TRAVANCAS, I. (orgs.) *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo* (v. 1). Florianópolis: Insular, 2004.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação*. Campinas: Papirus, 1998.

ZALUAR GUIMARÃES, Alba. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo 2000*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000.